

---

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PRESIDENTE DO  
EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS  
GERAIS (TCE/MG),**

**Ref.:** Processo Administrativo Nº 037/2024 | Pregão Presencial Nº 004/2024 (Prefeitura de Municipal de Candeias/MG)

**PEDIDO LIMINAR** - Denúncia para Suspensão de Edital de Licitação - Restrição de Certame a Marcas Nacionais

**AUGUSTO PNEUS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 35.809.489/0001-21, estabelecida Rua Cinquenta e Um, nº 205, Tropical, Contagem/MG, CEP 32072-550, neste ato representado por sua representante legal, Sra. Ana Carolina de Araújo Marçal Vieira, brasileira, solteira, empresária, portadora do RG: 47.777.777-6 SSP/SP e CPF: 354.312.838-80, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, por meio de seus bastante procuradores *infra* assinados, apresentar, com fulcro no artigo 170, §4º, da Lei Federal nº 14.133/21, bem como no artigo 3º, inciso XXVII e artigos 267 e 301 do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Contas, a presente

**DENÚNCIA DE IRREGULARIDADE EM LICITAÇÃO**

contra ato do(a) Ilustre Pregoeiro(a), Renato Baesso das Chagas, responsável pelo Processo Licitatório da Prefeitura Municipal de Candeias/MG, que tem por objeto o Registro de Preços para futuras aquisições de pneus, câmaras de ar e protetores de câmaras de ar, para a frota do Município.

## I – Dos Fatos

De início, verifica-se que o **Processo Administrativo Nº 037/2024, referente ao Pregão Presencial Nº 004/2024, conduzido pela Prefeitura de Municipal de Candeias/MG**, possui cláusulas restritivas em seu Instrumento Convocatório, por: exigir **EXPLICITAMENTE** somente produtos nacionais, gerando, portanto, **restrição discriminatória** e confessada contra empresas importadoras (vedado pela jurisprudência pacífica do TCE/MG). Vejamos o trecho que estipula a exigência de fabricação nacional:

**II – VALOR GLOBAL: \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)**  
**Pneus de fabricação nacional, todos os PNEUS terão por obrigatoriedade conter selo aprovação do INMETRO – exceto para os Agrícolas, máquinas industriais e demais que se adequa a portaria 379/2021 do INMETRO.**

Página 47 do Edital

Nesse sentido, devido ao risco de dano irreparável tanto à Administração Pública, quanto aos licitantes que terão seu direito de participação cerceado, é imperioso que seja determinada a suspensão do Processo e a retificação do Edital.

## II – Preliminar - Admissibilidade e Distribuição a Conselheiro Relator

De início, é importante notar que a presente denúncia funda-se no art. 5º, XXXIV (direito de peticionar a órgãos públicos) e XXXV (acesso à justiça), da CF/1988, bem como pelo art. 301 do próprio Regimento Interno do TCE/MG e no art. 65 de sua Lei Orgânica, restando presentes todos os requisitos de admissibilidade, conforme a Lei Complementar Estadual nº 102/2008:

### **DA DENÚNCIA E DA REPRESENTAÇÃO**

**Art. 65. Qualquer cidadão, partido político, associação legalmente constituída ou sindicato poderá denunciar perante o Tribunal de Contas irregularidade ou ilegalidade de atos praticados na gestão de recursos públicos sujeitos à fiscalização do Tribunal.**

**Art. 66. São requisitos de admissibilidade de denúncia sobre matéria de competência do Tribunal:**

**I - ser redigida com *clareza*;**

**II - conter o nome completo, a *qualificação*, cópia do documento de identidade e do Cadastro de Pessoa Física e o endereço do denunciante;**

**III - conter *informações sobre o fato* a autoria, as circunstâncias e os elementos de convicção;**

**IV - indicar as *provas* que deseja produzir ou indício veemente da existência do fato denunciado.**

*Parágrafo único. A denúncia apresentada por pessoa jurídica será instruída com **prova de sua existência** e comprovação de que os signatários têm **habilitação** para representá-la*

No mesmo sentido, o art. 301 do Regimento Interno:

**CAPÍTULO VIII**  
**DA DENÚNCIA E DA REPRESENTAÇÃO**

**Seção I**  
**DA DENÚNCIA**

*Art. 301. Qualquer cidadão, partido político, associação legalmente constituída ou sindicato poderá denunciar ao Tribunal irregularidades ou ilegalidades de atos praticados na gestão de recursos públicos sujeitos à sua fiscalização.*

*§ 1º São requisitos de admissibilidade da denúncia:*

*I - referir-se à **matéria de competência** do Tribunal;*

*II - ser redigida com **clareza**;*

*III - conter o nome completo, a **qualificação**, cópia do documento de identidade e do Cadastro de Pessoa Física e o endereço completo do denunciante;*

*IV - conter **informações sobre o fato**, a autoria, as circunstâncias e os elementos de convicção;*

*V - indicar as **provas** que deseja produzir ou indício veemente da existência do fato denunciado.*

*§ 2º A denúncia apresentada por pessoa jurídica será instruída com **prova de sua existência** e comprovação de que os signatários têm **habilitação** para representá-la.*

*Art. 302. O direito de denúncia será exercido mediante requerimento dirigido ao Presidente do Tribunal que decidirá a respeito do seu cabimento, tendo em vista o preenchimento dos requisitos constantes dos §§ 1º e 2º do artigo anterior.*

Dessa forma, uma vez que é inegável o preenchimento dos requisitos constantes acima, requeremos, respeitosamente, que esta eminente Presidência **após deliberação da liminar de urgência** (cf. art. 267 do Regimento Interno), determine a **distribuição da denúncia a Conselheiro Relator**, para que este promova a análise do mérito, tanto do pedido principal (suspensão da licitação), quanto do pedido acessório (emitir recomendação) ao Ente Municipal para que se abstenha de exigir estas restrições em licitações futuras.

**III – Da Restrição Ilícita de Marcas de Produtos - Vedação Conforme a Jurisprudência das Corte de Contas Brasileiras**

Como se sabe, para a elaboração dos Instrumentos Convocatórios, a Administração **deve** estabelecer, dentre os outros, **estudo técnico preliminar para definição dos métodos** de execução do objeto, bem como, para justificação da indicação de marcas. De acordo com a previsão contida no inciso XX do artigo 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, considera-se estudo técnico preliminar:

[...] documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação. [...]

Assim, na forma prevista da Lei n. 14.133/21, os estudos técnicos preliminares são obrigatórios e devem considerar e descrever todas as alternativas existentes no mercado capazes de atender a demanda administrativa que motiva a contratação e, com fundamento em análise valorativa-comparativa, apontar qual é a melhor opção sob o ponto de vista **técnico e econômico** para solucionar o problema.

Também, destaca-se que as marcas mencionadas no Instrumento Convocatório devem ser apenas **sugestões**, sem vincular, nem serem confundidas como exigência taxativa. De acordo com o Tribunal de Contas da União:

A indicação de marca no edital deve estar amparada em razões de ordem técnica, de forma motivada e documentada, que demonstrem ser aquela marca específica a única capaz de satisfazer o interesse público”. (TCU, Acórdão 113/16-Plenário).

Também, o Tribunal de Contas da União diferenciou “vedação à indicação de marca” e “menção à marca de referência”:

A diferença básica entre os dois institutos é que o primeiro (excepcionado pelo art. 7º, § 5º, da Lei 8.666/1993), admite a realização de licitação de objeto sem similaridade nos casos em que for tecnicamente justificável, ao passo que o segundo é empregado meramente como forma de melhor identificar o objeto da licitação, impondo-se a aceitação de objeto similar à marca de referência mencionada”. (TCU, Acórdão 2.829/15-Plenário).

É importante notar, também, que, ainda que o art. 41 da nova lei de licitações permita hipóteses de indicação de marcas, sabe que **ISSO É A EXCEÇÃO, E NÃO A REGRA**. Sabe-se que, via de regra, é proibida a indicação de marca de referência no Edital, **exceto quando houver justificativa técnica para fazê-lo**, comprovando que as marcas indicadas são as únicas que atendem as necessidades da Administração, demonstrando-se essa condição por intermédio de **pareceres técnicos, laudos e estudos**.

Contudo, a indicação deve servir apenas como referência, sem impedir que sejam ofertados produtos de outras marcas com características iguais ou superiores ao produto referido no Edital. No presente caso, contudo, **não foi elaborado qualquer estudo técnico preliminar**, de viabilidade de mercado ou qualquer outro parâmetro utilizado pela Administração para determinar que é mais vantajoso a aquisição da marca mencionada no Instrumento Convocatório, qual seja a marca Michelin.

Ademais, ainda que o art. 41, III, da Lei Federal nº 14.133/2021 permitir **vetar a contratação** de uma marca específica, quando contratações anteriores demonstrarem a sua insuficiência prévia, **DE NENHUMA FORMA, TAL DISPOSIÇÃO DEVE SER**

**ENTENDIDA COMO UMA AUTORIZAÇÃO ABSOLUTA CONTRA TODAS E QUAISQUER MARCAS IMPORTADAS.**

Se em contratações anteriores, desafortunadamente, houve a contratação de marcas de menor qualidade, o que é lamentável, tal fato significa que o Ente Público se encontra autorizado, tão somente, a vetar a marca importada daquela contratação específica, não podendo vetar todas e quaisquer marcas importadas.

Ora, sabemos que **muitas das marcas importadas têm qualidade MAIOR do que a maior parte dos produtos nacionais**. A forma adequada de se evitar a contratação de produtos inferiores deve ser o estabelecimento de **critérios técnicos claros** (INMETRO / CONMETRO), mas não impedir, de forma arbitrária, todos e quaisquer produtos importados, como se todos os produtos oriundos de fora do país fossem, sem distinção, de qualidade inferior. Tal fato resultaria numa discricionariedade injustificada do gestor público e, na prática, constituiria uma restrição direta à participação de empresas brasileiras especializadas na importação de pneumáticos.

Ademais, a presente Representação trata de afronta à Lei de Licitações, que é explícita quanto à **nacionalidade do produto ofertado pelo licitante**, que deverá ser considerada apenas em caso de empate entre as propostas ofertadas, ou seja, somente quando um produto de fabricação nacional concorre com um produto de fabricação estrangeira a nacionalidade do produto deve ser tida como vantagem (art. 52, §6º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Em momento algum a Lei Federal veda a participação na licitação de produtos e serviços de origem estrangeira. Assim, o contido no Edital de Convocação da Licitação quanto à nacionalidade dos pneus mostra-se contrário ao disposto na Lei de Licitações, pois veda a participação no Processo Licitatório de produtos importados, quando, na realidade, a Lei Federal não impõe qualquer limitação neste sentido, colocando a nacionalidade do produto e serviço oferecido somente como critério de desempate.

Além disso, em consonância com o Princípio da Isonomia, não poderá haver discriminação entre produtos estrangeiros e produtos nacionais unicamente em razão da naturalidade geográfica dos produtos. Portanto, se o bem fabricado no Brasil é um critério de desempate, é lógico que os bens de produção estrangeira **podem e devem** participar dos certames sem nenhuma distinção dos demais, em observância ao princípio da competitividade, alcançando, assim, o interesse público.

A Lei n. 10.520/2002 em seu artigo 3º, inciso II, veda especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição. Assim sendo, se os produtos são novos, de 1ª linha ou qualidade, estando dentro das **normas técnicas da ABNT e tendo certificação do Inmetro**, é irrelevante sua nacionalidade, pois exigir que sejam de fabricação nacional limita a competição e fere Princípios tão amplamente defendidos pela nossa Constituição, tais como da Isonomia, Legalidade, Impessoalidade, entre outros.

Ainda, essa mesma Lei, em seu artigo 3º, inciso I, diz que a autoridade competente **justificará** a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, mas em momento algum diz que ela tem liberalidade para fazer exigências excessivas, irrelevantes ou desnecessárias.

Existe, ainda, uma infinidade de marcas de pneus e correlatos com qualidade e especificações técnicas testadas e aprovadas pelo Inmetro, as quais deveriam ser admitidas no certame, a fim de ampliar a competitividade e atender aos interesses da Administração. **Não deve prevalecer uma exigência baseada em subjetivismo dos responsáveis pelo Processo Licitatório, é necessário que a Administração traga uma motivação técnica adequada.**

Nesse sentido, a exigência feita pela Administração não apresentou intenção de manter um padrão de qualidade ou necessidade de padronização do objeto. Portanto, ainda que ilegal e irregular, não foi apresentada nenhuma **justificativa** para tal imposição.

Além disso, é tema plenamente pacificado na jurisprudência dos Tribunais de Contas a **vedação de tratamento diferenciado entre produtos nacionais e produtos importados** no âmbito das licitações (exceto quando determinado de modo diverso por lei em sentido estrito). Tal fato decorre não somente do princípio da isonomia, que rege as licitações em âmbito nacional (art. 11, II, da Lei 14.133/2021), mas, igualmente, de normas oriundas do Direito Internacional, tal como o princípio do “tratamento nacional” da Organização Mundial do Comércio (OMC), que determina que deve ser dado o mesmo tratamento aos importadores que aquele dado aos produtores nacionais.

É o entendimento deste Egrégio **Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo** acerca do tema:

Trata-se de Representação protocolada pelo Sr. (...) apontando indícios de irregularidades supostamente praticadas pela Secretaria da Casa Militar, no Pregão Eletrônico 02/2020, cujo objeto era a formação de Registro de Preços para aquisição de pneus automotivos.
---

(...) 3.2 – Exigência restritiva de que os bens licitados sejam de **fabricação nacional**

(...) Após a apreciação da defesa, o corpo técnico da Casa entendeu que houve restrição à competitividade quando se exigiu que os pneus fossem de **fabricação exclusivamente nacional**, sendo insuficiente a argumentação ostentada em esclarecer a pertinência desta exigência no caso concreto.

Trouxe aos autos o art. 3º, § 1º, I da Lei de Licitações, que “veda a exigência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para a contratação do objeto licitado”, bem como apresentou a interpretação do § 2º, II e III do mesmo dispositivo, que demonstra que “a exigência de **fabricação nacional** constitui [...] condição que só pode ser utilizada para efeito de desempate”.

Nessa toada, discorreu acerca de jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que considerou “ilegal o estabelecimento de vedação a produtos e serviços estrangeiros em edital de licitação”.

Em estudo de jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que “considerou ilegal, por restrição à competitividade, a exigência, contida em edital de licitação, de que os pneus fossem de **fabricação nacional**, excluindo-se os pneus de origem estrangeira, sem qualquer justificativa razoável”, encontrou ponto importante que se relaciona à presente situação: não foi aplicada multa aos responsáveis, haja vista a demonstração de sua boa-fé e a ausência de dano ao erário.

(...) Por esse motivo, considerou suficiente a sugestão de expedição de recomendação para que a Secretaria da Casa Militar “se abstenha de inserir nos futuros editais de licitação, bem como nos respectivos termos de referência, exigência restritiva no sentido de que os bens ou serviços licitados sejam de **fabricação** ou de origem **nacional**, sem que haja justificativa plausível capaz de demonstrar a pertinência e relevância desta medida com relação ao objeto que se pretende contratar”. (TCE/ES, Acórdão 00873/2021-5, Excerto 00670/2021-6, Relator Domingos Augusto Taufner).

Nesse sentido, inclusive, o **Tribunal de Contas do Paraná**, após decisão proferida nos autos do Acórdão 1045/2016, encaminhou recomendação a 52 (cinquenta e dois) Municípios sobre as exigências que podem constar nos Instrumentos Convocatórios de suas licitações. No documento referido, no item de exigências vedadas, a primeira citada é exatamente a de exclusividade de fabricação nacional. Vejamos:

**Exigências vedadas**

*São vedadas as exigências de exclusiva fabricação nacional; de declaração, emitida por uma montadora ou fabricante, que ateste a aplicação da marca dos pneus cotados em seus produtos fabricados por montadoras nacionais, pois configura obrigação de terceiro alheio à disputa; e de certificado ISO/TS 16949 como critério de habilitação, visto que o Inmetro é o organismo público competente para a fixação de padrões mínimos de segurança aos pneus (nacionais e importados). (Diretoria de Comunicação Social. TCE faz recomendações sobre compras de pneus a 52 municípios. Tribunal de Contas do Paraná, 2022. Disponível em: <https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-recomendacoes-sobre-compras-de-pneus-a-52-municipios/3957/N> - grifo nosso).*

Portanto, conclui-se que a Administração agiu equivocadamente fazendo indevida exigência de produtos de fabricação nacional, cerceando a participação de empresas que fornecem produtos de outras marcas e estrangeiros. Por esta razão, este denunciante pugna pela suspensão do Processo e pela retificação do Instrumento Convocatório.

#### IV – Da Tutela de Urgência - Prejuízos ao Erário Público do Ente Público

Ainda que saibamos que este eminente TCE-MG não tutela interesses privados, mas, sim, aqueles legitimados para incidência perante o tribunal, nota-se que estamos diante de inegável questão de interesse público, diante do fato de que a restritividade do certame gera um risco de lesão ao Erário, pois, ao reduzir a competitividade, maior poderá ser o custo final para a Administração Pública. Nesse sentido, conforme o art. 267 do Regimento Interno:

**Subseção II**  
**DA SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO**

**Art. 267.** *No exercício da fiscalização dos procedimentos licitatórios, o Tribunal, de ofício ou por meio de denúncia ou representação, poderá suspendê-los, mediante decisão fundamentada, em qualquer fase, até a data da assinatura do respectivo contrato ou da entrega do bem ou do serviço, se houver fundado receio de grave lesão ao erário, fraude ou risco de ineficácia da decisão de mérito.*

No presente caso, ainda se vislumbra elementos suficientes para a concessão da medida liminar, pois há lastros evidentes de dano irreparável ao direito pretendido, assim como verossimilhança das alegações.

O *periculum in mora* reside no fato de a demora da apreciação do mérito da presente questão resultar em um dano irreparável antes da Decisão desta Corte, tendo em vista que o Pregão será realizado no dia 06/10/2023, portanto, cerceando a participação das empresas interessadas que não atendam aos requisitos do Edital.

O *fumus bonus iuris*, como já exposto anteriormente, encontra amplo amparo legal, tendo em vista que as medidas apontadas no Edital são restritivas e afetam a ampla competitividade, portanto, atentando contra o artigo 3º da Lei n. 8.666/93 e no fato de que a medida liminar pode ser deferida até data de assinatura do contrato e início do fornecimento do objeto licitado.

Assim, submete à consideração de Vossa Excelência os fatos acima articulados requerendo a instauração da competente Representação, com a concessão da medida liminar de suspensão e, consequentemente, do procedimento para apurar os fatos que, como expostos, se comprovados, constituem não só atos contrários e atentatórios aos princípios da Administração Pública, como também à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, garantindo assim, o Princípio da Igualdade constitucionalmente estabelecido e fazendo valer os dispositivos legais contidos na Lei Federal nº 14.133/2021.



Dessa forma, diante do contexto de reiterados impedimentos à participação da empresa, bem como possível LESÃO AO ERÁRIO devido à compra de bens acima do valor daqueles fornecidos pela ora denunciante, vislumbramos elementos suficientes para a concessão da medida liminar, pois há lastros evidentes de dano irreparável ao direito pretendido, assim como verossimilhança das alegações. O *periculum in mora* reside no fato de a demora da apreciação do mérito da presente questão, resultar em um dano irreparável antes da decisão desta corte.

## V – Dos Pedidos


Diante de todos os argumentos apresentados na presente petição, a parte Denunciante solicita, respeitosamente, ao Exmo. Sr. Presidente do TCE/MG:

- a) Que a presente denúncia seja **devidamente recebida** e instaurado procedimento sua apreciação, uma vez que presentes os requisitos do art. 170, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como art. 3º, XXVII, e art. 301, §1º, do Regimento Interno do TCE/MG;
- b) Devido à urgência dos fatos, que seja **concedida medida liminar** para a imediata **suspensão do Certame**, a fim de se evitar o risco de lesões irreparáveis ao direito de participação da ora Denunciante e prejuízo ao erário por violação à livre concorrência, conforme determina o art. 267, do Regimento Interno do TCE/MG e o art. 66 de sua Lei Orgânica ou, ALTERNATIVAMENTE, a **retificação do Edital**, a fim de se afastar a exigência de produtos produzidos nacionalmente;
- c) Após a deliberação acerca da liminar de urgência, o regular processamento da denúncia **com distribuição para Conselheiro Relator** para **apreciação do mérito**, como determina expressamente o artigo 301 do Regimento TCE/MG;
- d) Que ao final, seja emitida **RECOMENDACÃO** ao Ente Público em questão, a saber: **MUNICÍPIO DE CANDEIAS/MG, para que, em licitações futuras SE ABSTENHA DE RESTRINGIR MARCAS IMPORTADAS, o que viola a jurisprudência pacífica do TCE/MG.**

Em caso de decretação de sigilo dos procedimentos, solicita-se, desde já, **o acesso aos autos pelo causídico** da parte denunciante.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte/MG, 06 de maio de 2024.

  
**PEDRO G. G. ANDRADE**  
Advogado | OAB/MG nº 137.050